



Sistematização das Experiências da Iniciativa para Terras Comunitárias na Delimitação de Terras Comunitárias no âmbito da Implementação da Lei de Terras

Eunice Cavane, Laura German, Almeida Siteo,
Carla Braga

Maputo, Abril 2014





Introdução

Os doadores, o governo, e a sociedade civil, através da iTC (Iniciativa de Terras Comunitárias) financiam projectos de delimitação e demarcação de terras comunitárias.

- O objectivo desta acção é, fortalecer a capacidade e os direitos das comunidades rurais para assegurar a posse da terra e outros recursos naturais, e para promover sua gestão e utilização sustentável, com vista a contribuir para o crescimento económico e desenvolvimento no meio rural.





Introdução

- Até Abril de 2014, a iTC visa a criação de bases para o estabelecimento de uma instituição permanente de âmbito nacional para expansão da cobertura e continuidade da missão da iTC.
- Neste contexto, a iTC encomendou à Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal (FAEF) um estudo para a *“Sistematização das Experiências da iTC na Delimitação e Demarcação de Terras Comunitárias e Parcerias no Âmbito da Implementação da Lei de Terras”*.





Metodologia

Província	# Comunidades	Intervenções		
		<i>Delimitação</i>	<i>Demarcação</i>	<i>Parcerias</i>
Gaza	11	2	7	3
Manica	7	4	1	4
Nampula	6	4	4	3
Niassa	10	10	2	2
Total	34	20	14	12





Metodologia

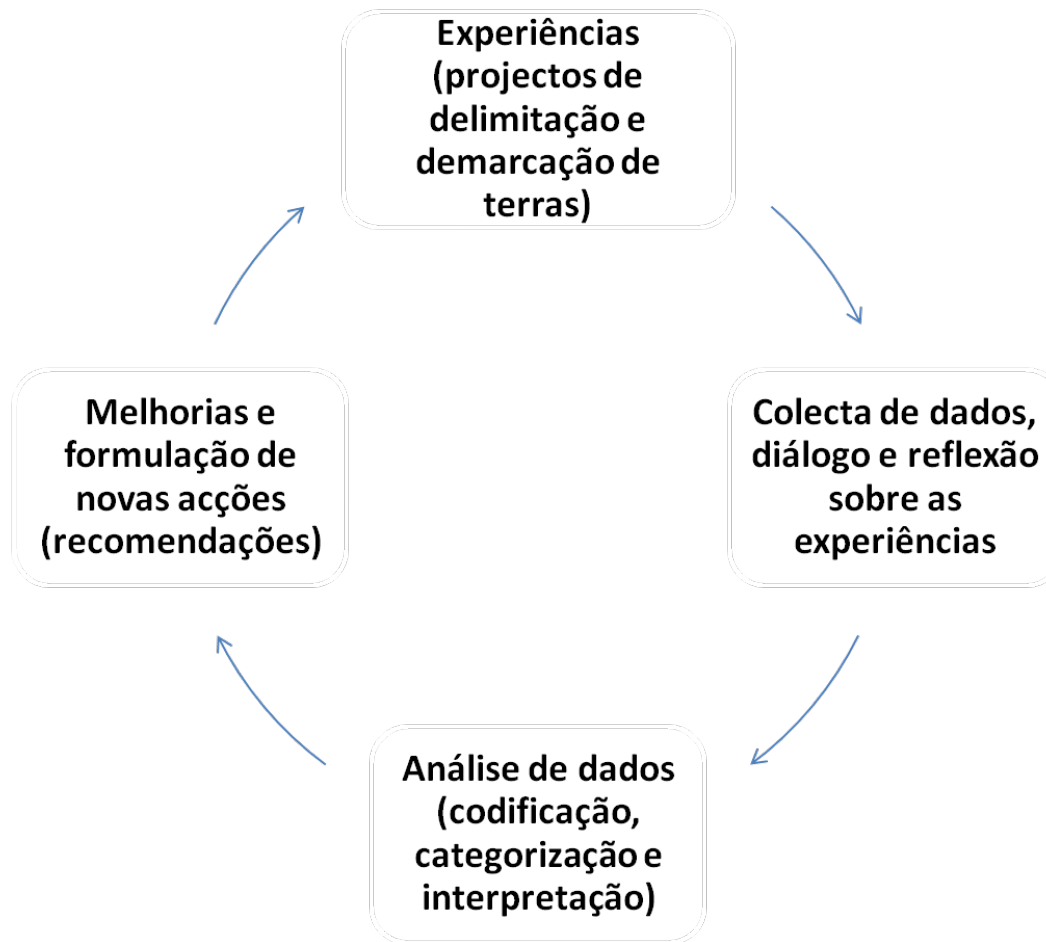


Figure 1. Adaptado de Kolb, 1984.



Metodologia

Instrumentos de investigação

- 11 Guiões para as entrevistas
 - Parceiros do governo provincial
 - Provedores de serviços
 - Beneficiários das intervenções
 - Grupos de controlo (comunidades vizinhas, antigos utilizadores da terra)
 - Instituições privadas
- Orientações para o moderador da entrevista em Grupo Focal
- 1 Guião para a elaboração de Estudos de Caso
- 1 Ficha para o controlo das entrevistas.





Produtos principais

- 4 relatórios provinciais sobre 3 temas e respectivos estudos de caso
- 3 relatórios temáticos
- 1 *policy Brief* que sintetiza os 3 temas

Esta apresentação é sobre os resultados da demarcação de terras a favor de associações de produtores





Processo da demarcação de terras

Foram demarcadas terras em benefício de três categorias de associações engajadas em actividades de geração de rendimento:

(i) associações agrícolas;

(ii) associações comunitárias para a gestão dos recursos naturais e áreas de pastagens comunitárias; e

(iii) associação para exploração mineira.





Processo da demarcação de terras

O processo da demarcação envolveu uma combinação de estágios estabelecidos no regulamento da lei de terras, decreto nº 66/98 de 8 de Dezembro, com actividades de capacitação das associações.

- a divulgação da legislação de terras, o reconhecimento técnico, o geo-referenciamento e a identificação de limites.
- legalização de associações, e a preparação social para a capacitação da comunidade para se apropriar do processo de demarcação e participar activamente no desenvolvimento local.





Processo da demarcação de terras (DESAFIOS)

- ACGRN para as áreas de pastagens é uma nova categoria de instituições locais.
- Adaptação da preparação social para intervenções de demarcação.
 - Lição 1.2. da iTC indica a necessidade de utilizar métodos e instrumentos participativos (**preparação social**) como **base essencial para intervenção efectiva da iTC**.
- Fraca evidência e a consciencialização sobre a consulta comunitária.





Processo da demarcação de terras (RECOMENDAÇÕES)

- A iTC deve realizar um estudo para aprofundar o conhecimento sobre ACGRN e CGRN, incluindo as suas especificidades e complementaridades.
- A iTC deve realizar um estudo para compreender o enquadramento da preparação social nas intervenções da demarcação de terras a favor das associações.
- A iTC e os provedores de serviços devem continuar com a divulgação da lei de terras nas associações, com destaque para a prática da consulta comunitária.





Resultados e impactos da demarcação

- Aumento da consciencialização dos direitos sobre a terra e no aumento da segurança de posse de terra pelos associados e o não-associados.
- Ganhos económicos para os associados e os não-associados.
- Aumento do conhecimento dos direitos de acordo com a lei e na consciencialização sobre a segurança de posse de terra pelas associações e na possibilidade dos associados se beneficiarem dos investimentos externos.





Resultados e impactos da demarcação (DESAFIOS)

- A demarcação não foi efectiva na resolução de conflitos externos (entre comunidades e entre associados e gente de fora).
- A possibilidade dos associados se beneficiarem dos investimentos externos ainda é constrangida pela **fraca participação dos associados na tomada de decisão sobre os investimentos, fraco controlo dos recursos financeiros, e falta de informação completa sobre os direitos e obrigações dos investidores .**





Resultados e impactos da demarcação (RECOMENDAÇÕES)

- A iTC e os provedores de serviço devem melhorar o diagnóstico dos conflitos prévio à intervenção ,e envolver os para-legais locais na mitigação de conflitos.
- A iTC e os provedores de serviço devem apoiar as associações no fortalecimento de parcerias entre os associados e investidores externos, controlo de recursos e participação no mercado, através da elaboração de planos de negócios e gestão de recursos naturais e na identificação de recursos para implementar os planos.





Factores de segurança de posse de terra e benefícios económicos

Os factores que contribuíram para o aumento da segurança de posse de terra foram:

(i) a consolidação do conhecimento dos direitos sobre a terra e os recursos naturais;

(ii) a realização de actividades técnicas da demarcação, nomeadamente, o geo-referenciamento, mapeamento das áreas demarcadas, medições e identificação de limites e a emissão do DUAT;

(iii) a inclusão de antigos utilizadores da terra nas associações;

(iv) mitigação de conflitos.





Factores de segurança de posse de terra e benefícios económicos

Os factores que contribuíram para os benefícios económicos foram:

- (i) a segurança posse de terra;
- (ii) estabelecimento de parcerias;
- (iii) acesso ao mercado; e
- (iv) conhecimento sobre tecnologias agrárias melhoradas.





Factores de segurança de posse de terra e benefícios económicos (DESAFIOS)

A diversidade dos factores que influenciam os ganhos económicos e a segurança de posse de terra, sugere:

- modelos de concepção de projectos de demarcação que têm em consideração, para além da divulgação e implementação da lei de terras, a situação do DUAT da terra a ser demarcada; e
- selecção estratégica de locais de intervenção em função de grandes investimentos.





Factores de segurança de posse de terra e benefícios económicos (RECOMENDAÇÕES)

- A iTC deve realizar um estudo, prévio à implementação do projecto de demarcação, sobre :
 - a situação de DUAT da terra a ser demarcada; e
 - a análise da estrutura organizacional da comunidade.
 - Os temas para o estudo devem incluir: a identificação dos ocupantes da terra e como estes adquiriram a terra; usos da terra; conflitos de terras; e a inserção da terra (parcela) dentro da comunidade.





Factores de segurança de posse de terra e benefícios económicos (RECOMENDAÇÕES)

A iTC e os provedores de serviços devem promover intervenções com fortes componentes para o estabelecimento de parcerias e participação no mercado.

➤ Através de uma orientação das intervenções para áreas (terras) onde estão sendo canalizados os grandes investimentos em cadeias de valor de culturas alimentares e industriais, produtos florestais e minerais.





OBRIGADA PELA ATENÇÃO

Eunice Cavane, Laura German,
Almeida Siteo e Carla Braga

Maputo, Abril 2014